



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 29 de março de 2018.

Edição n. 2342

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....5

Súmulas de contratos.....6

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....8



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N. 183/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão, nos autos do RD n. 01548.00002/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de possíveis irregularidades em nomeação de candidatos cotistas aprovados no concurso público realizado pelo Município de Viamão/RS, no ano de 2016 (edital 01/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 184/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do IC n. 00872.00020/2017, instaurado com o objetivo de verificar a regularidade no fornecimento de energia elétrica pela concessionária RGE - Rio Grande Energia S/A,

na localidade de Barca dos Zimpel, Distrito de Atafona, no Município de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 185/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n. 00882.00028/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível ausência de motorista para atender e garantir o deslocamento do exercício das funções do Conselho Tutelar de São Francisco de Paula/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 186/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Ibanês Francisco Gaita, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis promoveu o arquivamento do IC n. 00881.00014/2015, instaurado com o objetivo de apurar

possível prática de uso de redes de pesca em período de defeso, caracterizando pesca predatória realizada no Balneário Jacaquá, no Município de São Francisco de Assis/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 187/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. João Batista Rodrigues, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n. 01623.000.002/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncias de parcelamento de salários dos municipais de Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 188/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí promoveu o arquivamento do IC n. 00794.00030/2011, instaurado com o objetivo de apurar denúncias de possíveis irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, sem a devida fiscalização dos órgãos de controle, no Município de Coronel Barros/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 189/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Cleber Fortes Anastácio, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00064/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível ausência de licenciamento ambiental e danos ao meio ambiente em oficina mecânica, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 190/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em especial o Sr. Robson Santos de Castro, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00008/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível emissão de poluição sonora e a legalidade de



funcionamento da Escola de Samba Unidos do Mé, localizada na Rua Mauá esquina Tobias Barreto, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

de poluição sonora produzida pelo estabelecimento Bar Bariloche, localizado na Rua General Neto, n. 529, Bairro Centro, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 191/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão promoveu o arquivamento do IC n. 00931.00035/2015, instaurado com o objetivo de apurar a suficiência dos equipamentos de autoclave nas unidades de saúde que prestam serviços odontológicos no Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 195/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Edson Porto de Ávila, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00088/2013, instaurado com o objetivo de investigar possível inexistência de licença ambiental para funcionamento de estabelecimento comercial, localizado na Rua Marciano Espindola, n. 241, Bairro Getúlio Vargas, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 192/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, nos autos do RD n. 00794.00025/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar eventuais irregularidades na Rádio Comunitária de Ajuricaba, Bairro Centro, no Município de Ajuricaba/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 196/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o representante legal da empresa "Comércio de Medicamentos Sperotto de Ijuí Ltda -Farmax"., na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí promoveu o arquivamento do IC n. 00794.00009/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de preços abusivos de medicamentos, em prejuízo ao erário e aos consumidores de Ijuí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 193/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Magno Leivas Cunha, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00066/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível ausência de licenciamento ambiental e danos ao meio ambiente na oficina mecânica, localizada na Rua Prof. Guilherme Enrique Dawson, n. 550-B, Distrito Industrial de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 197/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do PP n. 01623.000.390/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de possível atuação ilegal de Diretor junto ao Departamento de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 194/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00034/2017, instaurado com o objetivo de apurar a legalidade de funcionamento e a emissão

EDITAL N. 198/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, nos autos do RD n. 00749.00008/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de possível ato de improbidade administrativa praticado pela Coordenadora



Regional da Educação do Município de Caxias do Sul/RS.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 199/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Luisa Moretto, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Canoas, nos autos do RD n. 00873.00131/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades que culminam com a perda de delegação de serventias e CRVA de Nova Santa Rita, Município de Canoas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 200/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Natasha Santos, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Canoas, nos autos do RD n. 00740.000548/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades que culminam com a perda de delegação de serventias e CRVA de Nova Santa Rita, Município de Canoas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 201/2018– PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00958.00851/2018-8.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 202/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os responsáveis legais pelo estabelecimento “Comercial Point Beer”, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC n. 00824.00020/2017, instaurado com o objetivo de apurar eventual funcionamento irregular e poluição sonora causada por casa noturna, localizada na Praça 20 de Setembro, n. 926, no Município de

Pelotas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 203/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Paulo Ricardo de Soares Machado, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00047/2016, instaurado com o objetivo de apurar a regularidade de estabelecimento comercial de desmanche de carros, localizado na Rua Dionísio Castanheira Perez, n. 293, Bairro Bolaxa, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 204/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os responsáveis legais pela “Boate Rezenha”, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00036/2017, instaurado com o objetivo de investigar possível produção de poluição sonora e presença de menores de idade no estabelecimento Boate Resenha, no Município de Rio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 205/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n. 00833.00002/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível depreciação e descaso por parte do Município de Porto Alegre, com o monumento a Giuseppe e Anita Garibaldi.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 206/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o



arquivamento do IC n. 00783.00096/2011, instaurado com o objetivo de apurar possível ato de improbidade administrativa de servidor do Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, no Município de Gravataí/RS por declaração falsa de endereço residencial para percepção de auxílio transporte.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 207/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos da NF n. 01623.000.856/2017 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo DETRAN/RS, ao descumprir medida judicial liminar expedida pelo Juizado Especial da Fazenda Pública de Santa Maria/RS, no Processo 9008122-10-20178210027.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 208/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Jorge Macedo, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, nos autos do RD n. 01504.00012/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível omissão no pagamento das progressões por merecimento aos servidores municipais de Cachoeirinha/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 209/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos da NF n. 01623.000.090/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de que médica Pediatra não estaria cumprindo com o horário a qual foi contratada para desempenhar suas funções junto ao Centro Estadual de Vigilância em Saúde, no Município de Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 210/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de

Porto Alegre, nos autos da NF n. 01623.000.050/2018 indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades no Concurso Público da Brigada Militar, no Município de Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 211/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Tramandaí promoveu o arquivamento do IC n. 00915.00026/2014, instaurado com o objetivo de apurar eventual fraude no IPTU do Município de Cidreira/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 212/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Tatiane Biondo, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC n. 00748.00029/2015, instaurado com o objetivo de apurar atividade de empresa potencialmente poluidora e sem o licenciamento ambiental localizada na Rua Urbano Marietti, n. 419, Bairro Jardim Eldorado, no Município de Caxias do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de março de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 091/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 19/03/2018, a Portaria n. 3513/2017, que designou LAURA BUBLITZ DE CAMARGO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 19/03/2018 (Port. 0781/2018).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n. 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n. 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 20/03/2018, ADRIANA CRISTINE REMIÃO CARDOSO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 903, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0782/2018).



- pelo período de 6 meses, a contar do dia 16/03/2018, CIBELE DANIELE CARVALHO NUNES, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 904, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0824/2018).

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 21/03/2018, PAULA AMÉLIA DE SOUZA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 905, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0825/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

BOLETIM N. 092/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 19 de março de 2018, a carga horária da servidora LIANE CASTELO MOTTA, Assessora de Promotor de Justiça II, ID n. 3963586, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei n. 7.253/79 (PR.00784.00011/2018-9 - Port. 0813/2018).

EXONERAR

- a servidora MARIANA ROHÂN ARAÚJO, ID n. 4385136, do cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 0854/2018).

ALTERAR

- o nome da servidora Bruna do Amaral de Paula, para BRUNA DO AMARAL DE PAULA RIGHES, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 012/2017 PROCEDIMENTO N. 02405.000.011/2017

CONTRATADA: STEMAC S/A – GRUPOS GERADORES;
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato de Prestação de Serviços, por 06 (seis) meses, a contar de 02 de abril de 2018 e reajustar o valor mensal da avença, constante da sua cláusula quarta, item 4.1, a contar de 20 fevereiro de 2018, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV no período (-0,41%), passando a R\$ 2.539,55 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos); **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusulas quarta, item 4.9, e oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PROCESSO N. 001683-09.00/15-9 PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2015

A Procuradoria-Geral de Justiça resolve **NOTIFICAR** a

empresa **SBARDECAR COMERCIAL SBARDELOTTO DE CARROS LTDA.** para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da presente notificação, apresentar recurso administrativo, em virtude do inadimplemento das obrigações assumidas. Os documentos encontram-se disponíveis para cópia na Unidade de Assessoramento Jurídico, situada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n. 106, 20º andar, Centro.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO N. 01358.000.007/2018

CONTRATADO: ESTER MOTTA; **OBJETO**: Contratação da profissional para realização de Curso de Redação de Ementas e Pareceres – Aspectos Linguísticos e Critérios de Elaboração;
VALOR TOTAL: R\$ 2.800,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 25, inciso II, § 1º c/c artigo 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 26 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 009/2018 PROCEDIMENTO N. 02405.000.014/2018 PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2018

CONTRATADA: FINALIZA EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.; **OBJETO**: prestação de serviço DE impressão de 500 (quinhentos) exemplares do Relatório Anual de Atividades do MPRS 2017, **VIGÊNCIA**: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL**: 8.700,00, **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3934; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, e, subsidiariamente, das Leis Federais n.s 8.666/93 e 10.520/02, do Provimento PGJ n. 54 /02 e do Decreto Estadual n.º 42.434/03; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de Março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO PR.01075.07076/2010-8

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 93.802.833/0001-57 e a Fundação Regional Integrada - FURI, mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, CNPJ n. 96.216.841/0001-00; **OBJETO**: Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO**: 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA**: 08/03/2018; Benhur Biancon Junior,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2342

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Luiz Mário Silveira Spinelli, Reitor.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

SÚMULA DO 4º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N. 118/2015 PROCESSO N. 1314-09.00/14-6 PREGÃO ELETRÔNICO N. 29/2014

CONTRATADA: LBF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: manutenção, de forma contínua, em 13 (treze) postos de trabalho, para atender prédios do CONTRATANTE, nos termos do expediente em epígrafe, Pregão Eletrônico n.29/2014 e, prorrogar a vigência do contrato, por 07 (sete) meses, a contar de 09 de abril de 2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como na cláusula décima sétima do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCEDIMENTO N. 00005.000.009/2018

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA - IBDFAM; **OBJETO:** Renovação de assinatura anual da revista IBDFAM – Famílias e Sucessões, destinada à Biblioteca João Bonumá; **VALOR TOTAL:** R\$ 976,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. BENHUR BIANCON JUNIOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PR.00853.00028/2013-0

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **ÉRICO REZENDE RUSSO**, ID n. 3443817; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IVW1456, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade

com o Provimento n. 12/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de março de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO N. 01358.000.005/2018

CONTRATADO: DGM CONSULTORIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA.; **OBJETO:** Contratação dos profissionais Rogério Lopes e Denise Garcia Cardoso para realização do Curso de Desenvolvimento Interpessoal - Básico; **VALOR TOTAL:** R\$ 17.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso II, § 1º c/c artigo 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28 de março de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N. 042/2018 REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de março de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.0003/2018 PROCEDIMENTO N. 02405.000.015/2018 PREGÃO ELETRÔNICO N.014/2018

No dia 23 de março de 2018, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa: LICERÍ COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA ME, vencedora dos itens abaixo:



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2342

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.
01001	Tampa/assento para vaso sanitário; feito de plástico, polipropileno ou polietileno de alta densidade (PEAD); tampa e assento lisos; oval; para uso universal (em qualquer tipo de vaso); sobretampa com cobertura total; proteção contra fungos e bactérias; na cor branca. O conjunto deve ser formado por 1 tampa, 1 assento e 1 kit de fixação (anéis e parafusos). Modelo de referência: Marca Astra Código TPJ/AS BR 1 ou superior.	600	R\$13,75

VALIDADE: 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 40/04, n. 47/05 e n. 33/08, Lei Complementar n. 123/06 (alteração) e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Provimento PGJ/RS n. 54/02 e Decreto Estadual n. 42.434/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de Março de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 15/2018

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 20 de março de 2018, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

IC.(2)00820.00008/2003, IC.00711.00068/2013, IC.00712.00008/2016, IC.00714.00002/2011, IC.00714.00022/2003, IC.00717.00007/2008, IC.00718.00011/2017, IC.00718.00098/2015, IC.00722.00014/2017, IC.00722.00085/2015, IC.00725.00006/2017, IC.00725.00019/2011, IC.00725.00048/2012, IC.00726.00013/2015, IC.00728.00030/2016, IC.00729.00014/2014, IC.00732.00032/2012, IC.00734.00007/2017, IC.00734.00026/2017, IC.00735.00009/2013, IC.00736.00002/2015, IC.00737.00034/2011, IC.00739.00004/2014, IC.00739.00033/2013, IC.00739.00078/2015, IC.00745.00010/2016, IC.00745.00011/2015, IC.00746.00016/2013, IC.00746.00018/2013, IC.00711.00058/2015, IC.00712.00002/2016, IC.00714.00001/2011, IC.00714.00006/2012, IC.00715.00002/2017, IC.00717.00024/2016, IC.00718.00043/2016, IC.00718.00130/2014, IC.00722.00036/2017, IC.00723.00010/2016, IC.00725.00018/2012, IC.00725.00021/2010, IC.00726.00001/2015, IC.00726.00031/2010, IC.00729.00004/2016, IC.00732.00017/2012, IC.00732.00048/2011, IC.00734.00015/2017, IC.00734.00030/2017, IC.00735.00015/2013, IC.00736.00002/2016, IC.00737.00038/2013, IC.00739.00008/2015, IC.00739.00047/2014, IC.00739.00114/2012, IC.00745.00011/2002, IC.00746.00014/2013, IC.00746.00017/2013, IC.00746.00019/2014,

IC.00746.00021/2014, IC.00748.00058/2013, IC.00748.00075/2017, IC.00748.00124/2016, IC.00748.00185/2016, IC.00748.00215/2014, IC.00748.00371/2007, IC.00751.00003/2015, IC.00751.00031/2014, IC.00754.00052/2010, IC.00759.00014/2012, IC.00760.00007/2016, IC.00760.00043/2017, IC.00761.00010/2013, IC.00762.00020/2017, IC.00762.00032/2013, IC.00762.00046/2011, IC.00762.00047/2013, IC.00762.00069/2013, IC.00762.00095/2011, IC.00762.00149/2012, IC.00762.00189/2013, IC.00763.00006/2017, IC.00763.00015/2017, IC.00763.00031/2017, IC.00766.00012/2016, IC.00767.00004/2014, IC.00768.00008/2017, IC.00768.00047/2010, IC.00770.00005/2013, IC.00770.00022/2017, IC.00771.00013/2017, IC.00773.00010/2013, IC.00775.00013/2009, IC.00775.00024/2016, IC.00775.00031/2016, IC.00775.00042/2013, IC.00775.00058/2016, IC.00775.00060/2013, IC.00775.00068/2012, IC.00775.00070/2013, IC.00775.00074/2012, IC.00775.00075/2013, IC.00780.00043/2015, IC.00781.00001/2017, IC.00781.00003/2016, IC.00748.00013/2015, IC.00748.00059/2016, IC.00748.00081/2014, IC.00748.00166/2015, IC.00748.00207/2010, IC.00748.00216/2015, IC.00751.00002/2017, IC.00751.00028/2016, IC.00753.00005/2009, IC.00754.00052/2015, IC.00760.00002/2017, IC.00760.00009/2017, IC.00761.00005/2012, IC.00762.00003/2014, IC.00762.00024/2011, IC.00762.00033/2011, IC.00762.00046/2015, IC.00762.00063/2013, IC.00762.00071/2013, IC.00762.00131/2013, IC.00762.00161/2011, IC.00763.00002/2017, IC.00763.00010/2017, IC.00763.00016/2016, IC.00763.00065/2016, IC.00766.00023/2012, IC.00768.00003/2015, IC.00768.00020/2017, IC.00770.00001/2016, IC.00770.00021/2017, IC.00771.00010/2011, IC.00771.00017/2017, IC.00775.00003/2017, IC.00775.00022/2011, IC.00775.00030/2013, IC.00775.00038/2011, IC.00775.00051/2013, IC.00775.00059/2013, IC.00775.00064/2013, IC.00775.00069/2013, IC.00775.00072/2011, IC.00775.00074/2013, IC.00780.00004/2014, IC.00780.00044/2015, IC.00781.00002/2015, IC.00781.00018/2011,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2342

IC.00781.00029/2015,	IC.00781.00029/2016,	IC.00855.00020/2013,	IC.00855.00057/2011,
IC.00781.00032/2015,	IC.00781.00040/2010,	IC.00857.00004/2011,	IC.00857.00016/2005,
IC.00783.00009/2017,	IC.00783.00017/2015,	IC.00857.00027/2006,	IC.00857.00028/2003,
IC.00783.00043/2016,	IC.00783.00052/2017,	IC.00857.00028/2016,	IC.00857.00029/2013,
IC.00783.00054/2016,	IC.00783.00063/2016,	IC.00857.00038/2014,	IC.00857.00054/2015,
IC.00783.00069/2014,	IC.00783.00089/2012,	IC.00860.00002/2015,	IC.00860.00004/2016,
IC.00783.00093/2014,	IC.00783.00100/2015,	IC.00861.00028/2016,	IC.00862.00013/2016,
IC.00783.00114/2013,	IC.00783.00162/2013,	IC.00864.00003/2016,	IC.00864.00012/2016,
IC.00784.00006/2017,	IC.00784.00056/2017,	IC.00864.00025/2013,	IC.00864.00029/2015,
IC.00788.00001/2017,	IC.00788.00004/2009,	IC.00864.00118/2011,	IC.00865.00053/2013,
IC.00788.00023/2015,	IC.00788.00031/2013,	IC.00865.00064/2016,	IC.00865.00071/2013,
IC.00788.00033/2015,	IC.00788.00040/2016,	IC.00865.00081/2014,	IC.00867.00009/2016,
IC.00788.00043/2013,	IC.00788.00046/2012,	IC.00867.00010/2015,	IC.00867.00030/2016,
IC.00788.00048/2015,	IC.00788.00053/2014,	IC.00868.00006/2017,	IC.00868.00011/2017,
IC.00792.00010/2016,	IC.00792.00018/2013,	IC.00872.00009/2016,	IC.00872.00031/2017,
IC.00794.00003/2015,	IC.00794.00006/2015,	IC.00872.00038/2017,	IC.00872.00048/2015,
IC.00794.00045/2009,	IC.00796.00010/2016,	IC.00872.00048/2017,	IC.00872.00051/2017,
IC.00796.00016/2013,	IC.00796.00031/2015,	IC.00872.00056/2015,	IC.00872.00132/2010,
IC.00797.00028/2009,	IC.00797.00033/2008,	IC.00873.00019/2016,	IC.00873.00020/2016,
IC.00799.00003/2014,	IC.00801.00020/2012,	IC.00875.00018/2016,	IC.00875.00019/2015,
IC.00801.00067/2014,	IC.00802.00035/2017,	IC.00875.00035/2015,	IC.00875.00045/2015,
IC.00803.00002/2017,	IC.00805.00001/2017,	IC.00875.00075/2005,	IC.00875.00093/2005,
IC.00809.00005/2012,	IC.00809.00013/2011,	IC.00878.00005/2015,	IC.00878.00014/2017,
IC.00813.00002/2012,	IC.00813.00012/2013,	IC.00878.00015/2014,	IC.00878.00022/2015,
IC.00813.00025/2010,	IC.00813.00036/2013,	IC.00878.00033/2015,	IC.00878.00037/2014,
IC.00814.00005/2016,	IC.00814.00038/2016,	IC.00878.00048/2015,	IC.00878.00084/2014,
IC.00814.00039/2015,	IC.00814.00047/2016,	IC.00882.00002/2014,	IC.00883.00015/2013,
IC.00815.00002/2013,	IC.00818.00013/2016,	IC.00883.00017/2016,	IC.00883.00023/2016,
IC.00819.00010/2014,	IC.00819.00025/2015,	IC.00883.00026/2016,	IC.00883.00037/2013,
IC.00820.00062/2017,	IC.00820.00087/2017,	IC.00883.00051/2015,	IC.00884.00001/2012,
IC.00820.00171/2014,	IC.00820.00234/2016,	IC.00884.00011/2017,	IC.00884.00013/2015,
IC.00820.00240/2016,	IC.00821.00004/2014,	IC.00888.00026/2013,	IC.00889.00010/2014,
IC.00821.00005/2014,	IC.00821.00010/2015,	IC.00889.00035/2015,	IC.00889.00040/2012,
IC.00821.00013/2016,	IC.00824.00040/2009,	IC.00889.00041/2013,	IC.00889.00044/2008,
IC.00824.00057/2015,	IC.00824.00062/2016,	IC.00889.00054/2009,	IC.00889.00070/2015,
IC.00824.00066/2003,	IC.00824.00070/2017,	IC.00889.00071/2006,	IC.00889.00080/2013,
IC.00824.00077/2017,	IC.00824.00092/2016,	IC.00889.00089/2015,	IC.00889.00111/2013,
IC.00824.00096/2017,	IC.00824.00137/2016,	IC.00890.00074/2011,	IC.00891.00093/2013,
IC.00824.00212/2017,	IC.00827.00001/2012,	IC.00893.00006/2008,	IC.00893.00008/2016,
IC.00828.00009/2009,	IC.00828.00014/2014,	IC.00893.00016/2016,	IC.00894.00015/2003,
IC.00828.00025/2012,	IC.00829.00001/2017,	IC.00894.00020/2016,	IC.00894.00023/2016,
IC.00829.00015/2017,	IC.00829.00049/2016,	IC.00894.00026/2015,	IC.00894.00051/2014,
IC.00829.00071/2013,	IC.00833.00003/2014,	IC.00895.00001/2014,	IC.00898.00037/2011,
IC.00833.00050/2017,	IC.00833.00059/2012,	IC.00899.00001/2013,	IC.00899.00003/2010,
IC.00833.00115/2014,	IC.00850.00003/2014,	IC.00899.00004/2017,	IC.00899.00009/2011,
IC.00851.00050/2009,	IC.00852.00002/2016,	IC.00899.00013/2012,	IC.00899.00017/2012,
IC.00852.00006/2016,	IC.00852.00019/2017,	IC.00899.00035/2016,	IC.00899.00038/2016,
IC.00852.00021/2015,	IC.00852.00023/2016,	IC.00900.00016/2017,	IC.00901.00042/2016,
IC.00852.00043/2014,	IC.00852.00066/2016,	IC.00901.00044/2016,	IC.00903.00004/2007,
IC.00852.00077/2002,	IC.00852.00086/2016,	IC.00903.00007/2017,	IC.00904.00003/2015,
IC.00852.00095/2013,	IC.00852.00098/2014,	IC.00905.00004/2012,	IC.00906.00035/2006,
IC.00852.00104/2015,	IC.00852.00104/2016,	IC.00907.00054/2011,	IC.00907.00055/2013,
IC.00852.00142/2013,	IC.00852.00153/2013,	IC.00907.00107/2011,	IC.00908.00011/2016,
IC.00852.00259/2008,	IC.00853.00006/2016,	IC.00908.00035/2009,	IC.00910.00010/2017,
IC.00853.00016/2017,	IC.00853.00018/2017,	IC.00910.00019/2016,	IC.00910.00020/2001,
IC.00853.00020/2014,	IC.00853.00023/2014,	IC.00910.00020/2015,	IC.00910.00025/2016,
IC.00853.00024/2017,	IC.00853.00030/2014,	IC.00910.00048/2012,	IC.00911.00014/2015,
IC.00853.00034/2016,	IC.00853.00041/2013,	IC.00911.00020/2017,	IC.00911.00038/2015,
IC.00853.00046/2016,	IC.00853.00046/2017,	IC.00911.00041/2016,	IC.00911.00111/2012,
IC.00853.00072/2016,	IC.00853.00074/2016,	IC.00912.00011/2011,	IC.00913.00004/2015,
IC.00853.00076/2016,	IC.00853.00078/2013,	IC.00913.00014/2014,	IC.00914.00011/2015,
IC.00853.00175/2013,	IC.00853.00188/2013,	IC.00914.00018/2017,	IC.00914.00025/2017,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2342

IC.00914.00036/2016,
IC.00914.00074/2016,
IC.00915.00030/2017,
IC.00915.00064/2016,
IC.00915.00125/2016,
IC.00916.00018/2015,
IC.00917.00004/2011,
IC.00917.00021/2016,
IC.00917.00102/2015,
IC.00919.00005/2010,
IC.00922.00003/2013,
IC.00924.00006/2014,
IC.00924.00012/2017,
IC.00924.00031/2016,
IC.00924.00068/2013,
IC.00924.00109/2014,
IC.00928.00010/2007,
IC.00928.00016/2007,
IC.00929.00039/2015,
IC.00930.00040/2015,
IC.00931.00028/2013,
IC.00931.00044/2013,
IC.00931.00075/2013,
IC.00933.00001/2010,
IC.00933.00072/2014,
IC.00936.00007/2016,
IC.00937.00004/2014,
IC.00937.00006/2016,
IC.00938.00001/2011,
IC.00942.00019/2010,
IC.00947.00004/2013,
IC.00949.00001/2016,
IC.00949.00038/2017,
IC.00949.00101/2013,
IC.00950.00001/2014,
IC.00951.00022/2013,
IC.00952.00002/2013,
IC.00952.00004/2013,
IC.00952.00016/2013,
IC.00952.00044/2013,
IC.00970.00015/2000,
IC.01128.00004/2017,
IC.01128.00028/2016,
IC.01128.00041/2016,
IC.01128.00053/2017,
IC.01128.00065/2017,
IC.01128.00089/2015,
IC.01128.00116/2014,
IC.01128.00151/2011,
IC.01128.00197/2014,
IC.01128.00270/2017,
IC.01130.00003/2015,
IC.01130.00012/2011,
IC.01132.00069/2011,
IC.01132.00106/2011,
IC.01134.00004/2016,
IC.01134.00034/2014,
IC.01136.00011/2012,
IC.01175.00015/2015,
IC.01175.00046/2013,
IC.01175.00049/2016,
IC.01202.00002/2016,

IC.00914.00040/2015,
IC.00914.00110/2016,
IC.00915.00037/2011,
IC.00915.00074/2005,
IC.00915.00129/2016,
IC.00916.00026/2007,
IC.00917.00006/2015,
IC.00917.00056/2016,
IC.00918.00028/2013,
IC.00920.00001/2015,
IC.00922.00067/2012,
IC.00924.00012/2011,
IC.00924.00025/2014,
IC.00924.00046/2015,
IC.00924.00108/2014,
IC.00927.00017/2016,
IC.00928.00013/2015,
IC.00928.00019/2014,
IC.00930.00004/2017,
IC.00930.00051/2017,
IC.00931.00034/2015,
IC.00931.00058/2015,
IC.00931.00101/2014,
IC.00933.00020/2009,
IC.00936.00004/2012,
IC.00937.00003/2010,
IC.00937.00005/2014,
IC.00937.00035/2013,
IC.00942.00005/2015,
IC.00945.00014/2014,
IC.00947.00004/2015,
IC.00949.00033/2017,
IC.00949.00053/2016,
IC.00949.00201/2013,
IC.00951.00012/2014,
IC.00952.00001/2012,
IC.00952.00004/2012,
IC.00952.00006/2014,
IC.00952.00031/2015,
IC.00953.00003/2010,
IC.01127.00009/2006,
IC.01128.00017/2014,
IC.01128.00032/2017,
IC.01128.00053/2015,
IC.01128.00057/2014,
IC.01128.00079/2014,
IC.01128.00099/2016,
IC.01128.00134/2016,
IC.01128.00179/2014,
IC.01128.00213/2011,
IC.01129.00017/2016,
IC.01130.00004/2016,
IC.01132.00016/2017,
IC.01132.00104/2011,
IC.01134.00003/2015,
IC.01134.00021/2017,
IC.01134.00048/2016,
IC.01175.00008/2016,
IC.01175.00038/2013,
IC.01175.00047/2012,
IC.01175.00060/2016,
IC.01202.00037/2014,

IC.01202.00059/2016,
IC.01202.00132/2012,
IC.01203.00025/2016,
IC.01212.00021/2017,
IC.01212.00036/2017,
IC.01220.00010/2014,
IC.01232.00007/2013,
IC.01234.00010/2015,
IC.01234.00101/2016,
IC.01336.00003/2014,
IC.01349.00008/2014,
IC.01349.00075/2011,
IC.01349.00116/2011,
IC.01349.00154/2011,
IC.01349.00185/2011,
IC.01349.00208/2011,
IC.01349.00251/2011,
IC.01411.00021/2016,
IC.01411.00040/2014,
IC.01411.00049/2016,
IC.01411.00067/2016,
IC.01411.00070/2014,
IC.01411.00075/2016,
IC.01411.00086/2016,
IC.01411.00144/2016,
IC.01411.00147/2016,
PA.00834.00192/2009,
PA.00868.00037/2017,
PA.01134.00189/2016,
PI.00748.00111/2017,
PI.00770.00031/2017,
PI.00868.00020/2017,
PI.00900.00019/2017,
PI.00914.00014/2015,
PI.01175.00041/2017,
SD.01411.00028/2015.

IC.01202.00084/2015,
IC.01203.00007/2016,
IC.01212.00010/2009,
IC.01212.00027/2010,
IC.01217.00016/2005,
IC.01220.00022/2012,
IC.01234.00006/2016,
IC.01234.00065/2014,
IC.01336.00001/2014,
IC.01349.00001/2015,
IC.01349.00017/2014,
IC.01349.00076/2011,
IC.01349.00145/2011,
IC.01349.00159/2011,
IC.01349.00192/2011,
IC.01349.00242/2011,
IC.01349.00261/2012,
IC.01411.00032/2014,
IC.01411.00044/2016,
IC.01411.00051/2014,
IC.01411.00068/2016,
IC.01411.00070/2016,
IC.01411.00082/2016,
IC.01411.00087/2016,
IC.01411.00146/2016,
PA.00783.00135/2015,
PA.00864.00068/2013,
PA.00911.00065/2017,
PA.01411.01340/2017,
PI.00748.00145/2017,
PI.00833.00039/2017,
PI.00868.00022/2017,
PI.00903.00024/2017,
PI.00930.00080/2017,
SD.01411.00015/2012,

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS COM PROVIDÊNCIAS:

IC.00748.00090/2017, IC.00945.00055/2015.

ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO:

IC.00748.00194/2015.

RETIRADO DE PAUTA: IC.00748.00212/2013.

Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.